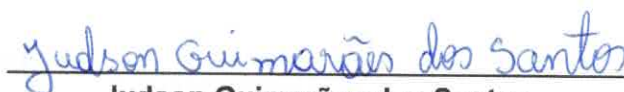


CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
CURSO DE PEDAGOGIA
9º PERÍODO – MATUTINO – TURMA PM118_ B01

ATA DO SEMINÁRIO DE SOCIALIZAÇÃO DA MONOGRAFIA

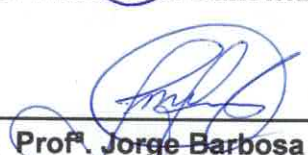
Aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis (19/06/2026), precisamente às oito horas, na sala da pós-graduação, no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga-CESTB, localizado à Avenida da Amizade, 74 Centro, no município de Tabatinga/Am, em consonância com o que diz o Projeto Político Pedagógico - Regulamento do TCC (Curso de Pedagogia), Art. 16º. "Os Seminários de Socialização são de caráter público", reuniram-se os acadêmicos do Curso de Pedagogia – 9º período - vespertino, turma PV122_ B01, para o **Seminário de Socialização da Monografia – TCC** intitulado "A atuação do psicólogo escolar na educação especial inclusiva: contribuições para o processo de inclusão escolar" elaborado por Judson Guimarães dos Santos, sob a orientação da Prof. Fábio Alves Gomes (presidente da banca), o qual foi avaliado pelos professores : **Profº. Rosi Méri Bukowitz Jankauskas (Av. 1)** **Profº. Jorge Barbosa de Oliveira (Av.2)** que fazem parte da comissão de avaliação conforme composição transcrita abaixo, bem como a avaliação final da apresentação.

ACADÊMICA	NOTAS DOS AVALIADORES		Nota final
	Aval. 1	Aval. 2	
JUDSON GUIMARÃES DOS SANTOS	10,0	10,0	10,0



Judson Guimarães dos Santos
Acadêmico


Avaliador- 1 **Profº. Rosi Méri Bukowitz Jankauskas**


Avaliador – 2 **Profº. Jorge Barbosa de Oliveira**

Tabatinga, 19 de junho de 2026

Centro de Estudos Superiores de Tabatinga

Universidade do Estado do Amazonas
Av. da Amizade, 74, Centro
Cep: 69.640-000 / Tabatinga - AM



UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



GOVERNO DO
AMAZONAS
A FORÇA DA NOSSA GENTE

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Judson Guimarães dos Santos¹

Fábio Alves Gomes²

RESUMO

Este artigo analisa a atuação do psicólogo no contexto da Educação Especial Inclusiva, com ênfase em suas contribuições para o trabalho pedagógico e para o processo de inclusão escolar de estudantes público-alvo da Educação Especial. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada em escola municipal, por meio de entrevistas semiestruturadas com docentes que atuam na Educação Especial Inclusiva. Os resultados indicam que o psicólogo é compreendido pelas professoras como um profissional fundamental no apoio emocional a docentes e estudantes, na mediação das relações escolares e na orientação de estratégias pedagógicas voltadas às necessidades específicas dos alunos. As participantes destacam que sua atuação contribui para a compreensão de comportamentos, para o acolhimento dos estudantes, para o diálogo com as famílias e para a construção de alternativas didáticas mais adequadas ao processo de aprendizagem. Os dados também revelam desafios enfrentados pelas docentes, como a baixa participação familiar, a escassez de materiais pedagógicos, a sobrecarga de trabalho, a desvalorização profissional e a insuficiência de suporte especializado. Conclui-se que a presença do psicólogo na escola fortalece as práticas inclusivas, especialmente quando articulada ao trabalho coletivo entre professores, equipe multidisciplinar, gestão escolar e famílias, contribuindo para um ambiente mais acolhedor, humanizado e favorável ao desenvolvimento dos estudantes.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; Educação Especial Inclusiva; Atuação do Psicólogo; Inclusão Escolar; Práticas Pedagógicas Inclusivas.

RESUMEN

This article analyzes the role of the psychologist in the context of Inclusive Special Education, with an emphasis on their contributions to pedagogical work and to the process of school inclusion of students who are the target population of Special Education. The study, based on a qualitative approach, was conducted in a municipal school through semi-structured interviews with teachers who work in Inclusive Special Education. The results indicate that the psychologist is understood by the teachers as a key professional in providing emotional support to teachers and students, mediating school relationships, and guiding pedagogical strategies aimed at students' specific needs. The participants emphasize that the psychologist's work contributes to the understanding of behaviors, the welcoming of students, dialogue with families, and the development of teaching alternatives more suited to the learning process. The data also reveal challenges faced by the teachers, such as low family participation, a shortage of pedagogical materials, work overload, professional devaluation, and insufficient specialized support. It is concluded that the presence of the psychologist in the school strengthens inclusive practices, especially when articulated with the collective work of teachers, the multidisciplinary team, school management, and families, contributing to a more welcoming, humanized environment that is favorable to students' development.

Palabras clave: Psicología Escolar; Educación Especial Inclusiva; Actuación del Psicólogo; Inclusión Escolar; Prácticas Pedagógicas Inclusivas.

¹ Graduando do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas, no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga. Contato: guimaraesdosantosjudson9@gmail.com

² Professor Adjunto do curso de Pedagogia no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga da Universidade do Estado do Amazonas. Contato fbgomes@uea.edu.br

INTRODUÇÃO

A Educação Especial Inclusiva constitui uma dimensão fundamental do direito à educação, na medida em que busca assegurar a participação, a aprendizagem, a permanência e o desenvolvimento de estudantes público-alvo da Educação Especial no ensino regular. Embora represente um avanço importante nas políticas educacionais, sua efetivação ainda enfrenta desafios no cotidiano escolar, especialmente em relação à formação dos profissionais, às condições institucionais de trabalho, às barreiras pedagógicas, às relações interpessoais e à construção de práticas capazes de responder às diferentes necessidades dos estudantes.

Nesse contexto, a atuação do psicólogo escolar assume relevância por contribuir para a compreensão das dificuldades que atravessam o processo de inclusão, não apenas do ponto de vista individual dos estudantes, mas também das relações estabelecidas entre professores, famílias, equipe pedagógica, gestão escolar e demais sujeitos envolvidos no processo educativo. Desse modo, sua intervenção pode favorecer a construção de estratégias institucionais, pedagógicas e relacionais voltadas ao acolhimento, à mediação de conflitos, ao fortalecimento dos vínculos escolares e à promoção de condições mais favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento.

A presença do psicólogo na escola também pode contribuir para o apoio aos docentes, que frequentemente enfrentam desafios relacionados ao ensino, à aprendizagem, à convivência escolar e à inclusão de estudantes com diferentes necessidades educacionais. Ao atuar de forma preventiva, colaborativa e interdisciplinar, esse profissional pode auxiliar na análise das barreiras presentes no cotidiano escolar, na orientação de práticas pedagógicas inclusivas e na construção de alternativas que favoreçam a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Diante desse contexto, esta pesquisa busca responder ao seguinte problema: de que modo a atuação do psicólogo escolar contribui para o processo de inclusão na Educação Especial Inclusiva? Parte-se da compreensão de que a inclusão escolar não se limita ao acesso à escola, mas envolve a garantia de condições concretas de permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

Sendo assim, o objetivo geral deste estudo é analisar as contribuições da atuação do psicólogo escolar no processo de inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial, a partir das significações produzidas por docentes de uma escola situada na zona urbana do município de Tabatinga, no Amazonas.

REVISÃO DA LITERATURA

Educação Especial Inclusiva: fundamentos teóricos e legais

A Educação Especial Inclusiva constitui um campo de discussão fundamental para a compreensão dos desafios contemporâneos da escola, especialmente quando se considera a necessidade de assegurar o direito à aprendizagem, à participação, à permanência e ao desenvolvimento de todos os estudantes.

Essa compreensão encontra respaldo nos marcos legais brasileiros. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, orientada ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, art. 205). Além disso, define como princípio do ensino a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (Brasil, 1988, art. 206, I) e assegura o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988, art. 208, III). Desse modo, a inclusão escolar não se apresenta como concessão institucional, mas como expressão de um direito constitucional.

Mantoan (2015) contribui significativamente para esse debate ao defender que a educação inclusiva exige a ruptura com práticas historicamente excludentes, seletivas e homogeneizadoras. Para a autora, a escola inclusiva deve reconhecer a diversidade como constitutiva do processo educativo, compreendendo que os estudantes apresentam diferentes modos, tempos e condições de aprender. Assim, a inclusão não se limita ao atendimento de alunos com deficiência, mas implica uma mudança mais ampla de perspectiva educacional, voltada à garantia da participação e da aprendizagem de todos.

Essa concepção também se articula à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que define a Educação Especial como modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996, art. 58).

As contribuições de Vygotsky (1997) também são importantes para a compreensão da Educação Especial Inclusiva, especialmente por sua concepção de aprendizagem e desenvolvimento como processos mediados socialmente. Para o autor, o desenvolvimento humano ocorre nas relações sociais, por meio da interação com outros sujeitos e com os instrumentos culturais disponíveis no contexto histórico. Essa perspectiva permite compreender que a convivência entre estudantes com diferentes condições de desenvolvimento não

representa um obstáculo ao ensino, mas uma possibilidade formativa, desde que mediada intencionalmente pela escola.

A partir da perspectiva vygotskyana, a inclusão escolar ganha densidade teórica, pois o desenvolvimento dos estudantes deve ser compreendido em relação às condições sociais, pedagógicas e culturais constituídas. Desse modo, a presença de estudantes público-alvo da Educação Especial na escola regular exige práticas pedagógicas mediadas, colaborativas e orientadas à ampliação das possibilidades de aprendizagem.

Freire (1996), por sua vez, contribui para a discussão ao defender uma concepção de educação fundada no diálogo, na participação e no reconhecimento dos sujeitos como produtores de conhecimento. Ao afirmar que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou construção, o autor permite compreender que a prática pedagógica inclusiva requer escuta, abertura ao outro e compromisso com a formação humana.

A articulação teórica que subsidia este artigo permite sustentar uma compreensão crítica da Educação Especial Inclusiva. Enquanto Mantoan (2015) enfatiza a necessidade de transformação da escola para acolher a diversidade, Vygotsky (1997) evidencia a importância das interações sociais e das mediações no desenvolvimento humano, e Freire contribui com uma concepção dialógica, humanizadora e democrática da prática educativa. Em conjunto, esses referenciais indicam que a inclusão exige mais do que matrícula: exige condições concretas de permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento.

Do ponto de vista legal, o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura à criança e ao adolescente igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, bem como o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1990, arts. 53 e 54). A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 6.949/2009, também reconhece o direito das pessoas com deficiência à educação sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, determinando que os Estados assegurem sistema educacional inclusivo em todos os níveis (Brasil, 2009).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo Ministério da Educação em 2008, constitui outro marco importante, pois orienta os sistemas de ensino a garantirem acesso ao ensino regular, participação, aprendizagem, continuidade nos níveis mais elevados de ensino, oferta do Atendimento Educacional Especializado, formação de professores, acessibilidade e articulação intersetorial (Brasil, 2008).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, por sua vez, reafirma o dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade na garantia de uma educação de

qualidade às pessoas com deficiência. A LBI estabelece que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida, com vistas ao máximo desenvolvimento possível de seus talentos, habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais (Brasil, 2015, art. 27).

A Base Nacional Comum Curricular também reforça essa perspectiva ao afirmar seu compromisso com a formação humana integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2018). Mais recentemente, o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 15.388/2026, e a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, instituída pelo Decreto nº 12.686/2025, atualizaram o compromisso do Estado brasileiro com a ampliação do acesso, da permanência, da aprendizagem e da qualidade na Educação Especial Inclusiva.

Nesse sentido, a Educação Especial Inclusiva deve ser compreendida como uma política educacional, pedagógica, jurídica e social voltada ao enfrentamento de processos históricos de exclusão. Sua efetivação depende da articulação entre fundamentos teóricos, respaldo legal e práticas institucionais comprometidas com a democratização da escola. Assim, discutir inclusão escolar significa problematizar as condições concretas de funcionamento das instituições, a formação dos profissionais, os recursos disponíveis, a participação da família, a acessibilidade, o Atendimento Educacional Especializado e a construção de relações pedagógicas capazes de reconhecer e valorizar a diversidade humana.

Psicologia Escolar e atuação do psicólogo no contexto da inclusão

A atuação do psicólogo escolar no contexto da Educação Especial Inclusiva deve ser compreendida para além de uma intervenção individualizante, centrada apenas no estudante ou em suas dificuldades. A literatura recente tem defendido que esse profissional precisa atuar de modo institucional, colaborativo e preventivo, considerando as relações que se estabelecem entre estudantes, professores, famílias, gestão escolar e demais profissionais envolvidos no processo educativo.

Schmengler et al. (2022) destacam que o psicólogo escolar possui papel relevante no processo inclusivo, podendo atuar em diferentes espaços e níveis de escolarização, especialmente por meio da orientação a professores, estudantes e à comunidade escolar. Essa compreensão fortalece a ideia de que a inclusão não pode ser atribuída apenas ao professor da sala regular ou ao educador especial, pois exige ações articuladas entre diferentes agentes educacionais.

Nessa mesma direção, Pereira e Silva (2022) argumentam que a construção de escolas inclusivas requer o enfrentamento de práticas discriminatórias e a criação de alternativas que modifiquem a lógica da exclusão. Para os autores, a atuação do psicólogo escolar deve contribuir para a identificação das potencialidades e necessidades dos estudantes com deficiência, possibilitando a elaboração de intervenções, serviços e programas voltados à promoção da inclusão. Trata-se, portanto, de uma atuação que não se limita à avaliação diagnóstica, mas que busca compreender as barreiras escolares, relacionais e pedagógicas que dificultam a participação e a aprendizagem.

Gomes, Gomes e Jacinto (2025) também reforçam que a presença do psicólogo na Educação Especial Inclusiva é significativa quando orientada pela valorização da individualidade dos estudantes, pelo apoio à equipe pedagógica e pela promoção de práticas inclusivas. Os autores diferenciam educação especial e educação inclusiva, mostrando que ambas se complementam: enquanto a educação inclusiva expressa o compromisso político-pedagógico com uma escola para todos, a educação especial oferece recursos, apoios e estratégias necessárias à participação efetiva dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Dessa forma, o psicólogo escolar pode contribuir para a construção de estratégias que favoreçam o acolhimento, a permanência e o desenvolvimento dos estudantes. Sua atuação envolve a escuta qualificada das demandas escolares, o apoio aos professores na compreensão das necessidades educacionais dos alunos estudantes público-alvo da Educação Especial, a mediação do diálogo com as famílias e a participação em equipes multiprofissionais. Lôbo et al. (2024) indicam que a atuação do psicólogo na inclusão escolar envolve avaliação psicológica, intervenções psicoeducacionais, formação continuada e colaboração interdisciplinar com educadores e famílias.

Essas contribuições permitem afirmar que o psicólogo escolar não deve ser visto como profissional responsável por “corrigir” o aluno ou adaptar individualmente aquele que não se ajusta à escola. Ao contrário, sua intervenção deve colaborar para que a própria escola revise suas práticas, identifique barreiras, amplie recursos pedagógicos e construa formas mais democráticas de convivência e aprendizagem. Nesse sentido, a atuação psicológica na escola precisa se orientar por uma perspectiva crítica, ética e inclusiva, comprometida com a superação de práticas excludentes e com a promoção do direito à educação.

Contribuições do psicólogo escolar para a Educação Especial Inclusiva

As contribuições do psicólogo escolar para a Educação Especial Inclusiva tornam-se mais efetivas quando articuladas ao trabalho coletivo da escola. A inclusão não se realiza por

ações isoladas, mas por meio de uma rede de apoio que envolve professores, gestão, família, profissionais especializados e demais sujeitos da comunidade escolar. Nesse processo, o psicólogo pode favorecer a construção de práticas mais acolhedoras, acessíveis e sensíveis às singularidades dos estudantes.

Entre suas principais contribuições, destaca-se o apoio aos professores. No cotidiano escolar, muitos docentes enfrentam dificuldades relacionadas à ausência de formação específica, à escassez de recursos pedagógicos, à sobrecarga de trabalho e à insegurança diante das necessidades educacionais dos estudantes público-alvo da Educação Especial. O psicólogo escolar pode colaborar com esse processo ao promover espaços de escuta, orientação e reflexão sobre as práticas pedagógicas, ajudando a equipe docente a compreender que a inclusão exige mediações, adaptações e estratégias coletivamente construídas.

Além disso, o psicólogo pode contribuir para a aproximação entre escola e família. A literatura consultada aponta que o diálogo com os familiares é fundamental para compreender a história dos estudantes, suas necessidades, suas potencialidades e as condições que interferem em seu processo de escolarização. Essa relação, entretanto, não deve assumir caráter culpabilizador, mas colaborativo, reconhecendo a família como parte importante da rede de apoio à inclusão.

Outra contribuição relevante refere-se à avaliação e à intervenção psicoeducacional. Lôbo et al. (2024) defendem que a avaliação psicológica no contexto da inclusão deve ser contínua e colaborativa, considerando não apenas as necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial, mas também os fatores ambientais que podem facilitar ou dificultar sua participação escolar. Essa perspectiva é importante porque desloca o foco exclusivo do diagnóstico e permite compreender a inclusão como resultado das condições oferecidas pela escola.

Gomes, Gomes e Jacinto (2025) acrescentam que a atuação do psicólogo escolar na Educação Especial Inclusiva deve estar vinculada ao enfrentamento do capacitismo, à valorização das diferenças e à construção de práticas alinhadas aos direitos humanos. Desse modo, o psicólogo não atua apenas como suporte técnico, mas também como profissional comprometido com uma escola mais justa, acessível e humanizada.

Portanto, a presença do psicólogo escolar fortalece as práticas inclusivas quando contribui para a análise das barreiras presentes no cotidiano escolar, para o apoio à equipe pedagógica, para o diálogo com as famílias e para a construção de intervenções interdisciplinares. Sua atuação deve favorecer a permanência, a participação e a aprendizagem

dos estudantes público-alvo da Educação Especial, ajudando a escola a superar práticas excludentes e a construir uma cultura institucional orientada pelo respeito às diferenças.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tipo de pesquisa

A presente pesquisa adota abordagem qualitativa e caracteriza-se como pesquisa de campo. Para a produção dos dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, conversas informais e diário de campo. (Lakatos e Marconi, 2003)

Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola localizada na zona urbana de Tabatinga, voltada ao atendimento da Educação Especial Inclusiva. A instituição atende estudantes público-alvo da Educação Especial, incluindo aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Trissomia 21 (Síndrome de Down), deficiência intelectual e outros transtornos do desenvolvimento. A escola desenvolve práticas pedagógicas inclusivas voltadas à promoção da aprendizagem, da socialização e do desenvolvimento integral dos estudantes, respeitando suas necessidades e singularidades. Além disso conta com profissionais que auxiliem no acompanhamento educacional e nas atividades pedagógicas realizadas no ambiente escolar.

Participantes da pesquisa

Participaram da pesquisa três docentes do gênero feminino que atuam na educação especial inclusiva na referida escola. A seleção considerou suas experiências, percepções e contribuições para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. O critério de escolha das participantes foi por conveniência. Após a anuência da instituição, realizou-se o convite a todos os docentes, ocasião em que foram explicitados os objetivos do estudo. Foram entrevistadas aquelas que manifestaram interesse em participar e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para preservar o anonimato, as participantes foram identificadas como Docente A, Docente B e Docente C.

Procedimentos de produção das informações

A pesquisa caracteriza-se como pesquisa de campo, pois envolve contato direto com os participantes no contexto investigado (Lakatos e Marconi, 2003). Para a produção dos dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com docentes que atuam na escola, além de

registros em diário de campo, nos quais serão anotadas falas, opiniões e observações relevantes sobre a realidade pesquisada.

Procedimentos de análise das informações

A análise das informações foi realizada análise temática por meio do software ReQualify®, procedimento que permitiu identificar, organizar e interpretar padrões de sentido presentes no material coletado. Inicialmente, foi realizada a leitura cuidadosa das entrevistas, conversas informais e registros do diário de campo, a fim de possibilitar maior familiarização com os dados. Em seguida, foram processadas as informações e depreendidas unidades temáticas presentes nas falas das participantes. Buscou-se, assim, ir além da descrição do fenômeno, procurando reconstituí-lo, dentro dos limites deste trabalho, a partir de suas múltiplas mediações constitutivas (Gomes, Aguiar & Alfredo, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As falas das participantes foram transcritas preservando-se marcas de oralidade, hesitações e construções próprias da linguagem falada, a fim de manter a literalidade dos enunciados produzidos nas entrevistas.

A análise temática das entrevistas por meio do ReQualify® possibilitou a construção de três categorias analíticas: 1) o psicólogo como suporte emocional e relacional no processo de inclusão escolar; 2) a atuação do psicólogo na orientação das práticas pedagógicas inclusivas; e 3) os desafios institucionais e familiares para a efetivação da inclusão escolar. Essa organização permitiu sistematizar os sentidos atribuídos pelas docentes à atuação do psicólogo no contexto da educação especial inclusiva, considerando tanto suas contribuições para o trabalho pedagógico quanto os limites concretos enfrentados no cotidiano escolar.

As categorias foram elaboradas a partir da recorrência de núcleos de sentido presentes nas falas das docentes A, B e C. Observou-se que as participantes atribuem ao psicólogo uma função de apoio emocional, orientação pedagógica, mediação relacional e suporte à equipe escolar. Ao mesmo tempo, as entrevistas evidenciam que a efetivação da inclusão não depende exclusivamente da presença desse profissional, pois está condicionada a fatores institucionais, familiares, materiais e formativos.

O psicólogo como suporte emocional e relacional no processo de inclusão escolar

A primeira categoria evidencia que as docentes compreendem o psicólogo como um profissional fundamental no apoio emocional a professores e estudantes, bem como na mediação das relações escolares. Essa compreensão aparece de forma recorrente nas falas das participantes, sobretudo quando associam a atuação do psicólogo ao acolhimento das demandas emocionais que atravessam o processo de inclusão escolar.

A Docente A, ao discutir a importância do psicólogo, afirma:

“A importância do psicólogo no processo escolar inclusiva é de fundamental importância dos alunos com necessidades educacionais especiais digamos que a importância dele é diretamente ligada ao apoio emocional para podemos trabalhar, a família os conflitos que as crianças apresentam dentro da escola.”

A fala evidencia que a atuação do psicólogo é percebida como suporte para lidar com conflitos que não se restringem à sala de aula, mas envolvem também a família e as condições emocionais dos estudantes. Essa percepção aproxima-se dos estudos sobre psicologia escolar e educação inclusiva, que destacam a necessidade de superar práticas centradas exclusivamente no aluno e ampliar a atuação do psicólogo para as relações institucionais, familiares e pedagógicas que constituem o cotidiano escolar (Pereira; Silva, 2022; Gomes; Gomes; Jacinto, 2025).

A mesma docente complementa essa percepção ao mencionar a realização de rodas de conversa com os professores:

“é tinha momento que eu pensei coloco ele realizava rodas de conversa e nós professores começavam nessa roda desabafar as nossas emoções aí chorava na hora de falar que sentimos tipo igual lavar roupa suja então isso nos fortalecia no processo de inclusão escolar de alunos também então a importância desse profissional no processo é o apoio emocional vivo na questão da emoção.”

Esse trecho é relevante porque demonstra que o suporte psicológico não é direcionado apenas aos estudantes, mas também aos docentes, que vivenciam tensões, inseguranças e sobrecargas no trabalho com a inclusão escolar. A fala revela uma dimensão frequentemente invisibilizada: a necessidade de cuidado com os profissionais que sustentam cotidianamente as práticas inclusivas. Schmengler et al. (2022) corroboram essa interpretação ao apontarem que o psicólogo escolar pode contribuir com a orientação de professores, alunos e comunidade escolar, atuando em diferentes espaços e níveis de escolarização.

A Docente B também associa a presença do psicólogo ao apoio emocional dos professores:

“digamos também que o apoio do psicólogo na é a importância dele ele surge como um apoio é emocional é no nosso emocional porque para nós lidarmos com os alunos na logo digamos assim no início das aulas nós temos que preparar o nosso emocional sabemos que vai vir vários alunos que têm de várias é deficiências né e a importância do psicólogo deste processo esse apoio o apoio emocional.”

A recorrência do termo “apoio emocional” nas falas das docentes indica que esse é um núcleo central de sentido na compreensão que elas constroem sobre a atuação do psicólogo. No entanto, esse apoio não deve ser interpretado como uma prática meramente terapêutica ou individualizante, mas como uma dimensão institucional da psicologia escolar. Pereira e Silva (2022) destacam que a atuação do psicólogo na educação inclusiva deve colaborar para a construção de ambientes escolares mais acolhedores, seguros e cooperativos, nos quais estudantes e profissionais possam participar de modo mais qualificado do processo educativo.

A contribuição do psicólogo também aparece associada à construção de um ambiente escolar mais acolhedor. A Docente A afirma:

“Sim com toda certeza contribui bastante, desde o momento em que a escola recebe os alunos com necessidades especiais então ele apoia o acolhimento a orientação em que nos dá para nós trabalhar, fazer com que os alunos evoluam e tem evolução ponto e se nós não tivéssemos psicólogo como a gente já estaria sem o psicólogo na escola então ele é o nosso apoio emocional.”

A Docente C, de modo mais sintético, também destaca essa dimensão relacional: “*Sim, a presença do psicólogo contribui significativamente para o ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo, por isso esse profissional atua no desenvolvimento das relações pessoais.*”

Essas falas indicam que as docentes percebem o psicólogo como um profissional que participa da produção de vínculos, da organização das relações escolares e da construção de um ambiente mais acolhedor. Oliveira e Nery (2017) reforçam essa compreensão ao afirmarem que a psicologia escolar pode desenvolver ferramentas de trabalho com professores e estudantes público-alvo da Educação Especial, oferecendo suporte aos sujeitos envolvidos no processo educacional.

Assim, o primeiro tema revela que, na percepção das docentes, o psicólogo ocupa uma posição estratégica na mediação entre cuidado, aprendizagem e convivência escolar. Sua atuação favorece a criação de vínculos, o enfrentamento de conflitos e o fortalecimento de relações mais acolhedoras, elementos indispensáveis para que a inclusão escolar se efetive para além do plano formal ou legal.

A atuação do psicólogo na orientação das práticas pedagógicas inclusivas

A segunda categoria diz respeito à atuação do psicólogo na orientação das práticas pedagógicas inclusivas. As docentes reconhecem que esse profissional contribui para a compreensão das necessidades específicas dos alunos e para a construção de estratégias de ensino mais adequadas aos diferentes modos de aprendizagem.

A Docente A relaciona a atuação do psicólogo à indicação de estratégias e métodos para favorecer a aprendizagem dos estudantes:

“Eu vejo assim na primeira pergunta ele já é o apoio nessas pergunta ele já é como nós poderíamos fazer estratégia métodos para que no aprendizado dos alunos eu vejo assim hoje temos várias orientações várias dicas de como a gente pode ajudar o aluno principalmente que tem necessidades especiais.”

Essa fala permite compreender que as orientações do psicólogo são percebidas como apoio à prática docente, sobretudo quando os professores se deparam com necessidades específicas que exigem adaptações, observação cuidadosa e reorganização das estratégias de ensino. Essa compreensão é corroborada por Lôbo et al. (2024), ao destacarem que a atuação do psicólogo na inclusão escolar envolve avaliação, intervenção psicoeducacional, colaboração com educadores e famílias e desenvolvimento de estratégias adaptadas dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

A mesma docente acrescenta: *“uma das dicas que eu psicólogo contribui no desenvolvimento da aprendizagem é a conversa e a observação.”*

Esse excerto é importante porque revela que a contribuição do psicólogo não se dá apenas pela indicação de técnicas, mas pela escuta, pelo diálogo e pela observação do estudante. Pereira e Silva (2022) defendem que o psicólogo escolar deve identificar pontos fortes e necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial, evitando práticas baseadas em rótulos ou classificações reducionistas. Desse modo, a conversa e a observação mencionadas pela docente aparecem como procedimentos importantes para compreender o aluno de forma ampliada.

A Docente B também destaca o papel do psicólogo na orientação da prática pedagógica:

“Ele proporciona um ambiente acolhedor como a gente pode trabalhar com os alunos no início do ano o psicólogo ele contribui é pegando os alunos eles estudam fazem o atendimento já tiveram bastante atendimento e orientação de como pode podemos trabalhar com determinado aluno a questão de como acalmar de como avaliar as atividades oferecidas e também para que os alunos se desenvolvam melhor.”

A fala indica que as docentes reconhecem no psicólogo um profissional que auxilia na avaliação das atividades, na organização de formas de acolhimento e na construção de estratégias para favorecer o desenvolvimento dos estudantes. Essa percepção se articula às conclusões de Schmengler et al. (2022), que identificaram contribuições do psicólogo escolar na orientação de professores, estudantes e comunidade escolar, com ganhos para o movimento inclusivo.

A mesma docente afirma ainda: *“então é dessa forma que o psicólogo ele contribui e avaliando nos orientando do que devemos fazer com determinados alunos e buscar*

capacitações para trazer também para nós professores de como a gente validar com cada um aluno.”

A referência à capacitação é significativa, pois indica que as professoras reconhecem lacunas em sua formação para lidar com determinadas demandas da educação especial inclusiva. Esse dado é coerente com Lôbo et al. (2024), quando destacam a formação continuada e a colaboração interdisciplinar como elementos centrais para a efetivação da inclusão escolar. Também se aproxima de Gomes, Gomes e Jacinto (2025), que apontam a formação específica, os desafios institucionais e a colaboração multidisciplinar como dimensões decisivas para compreender a atuação do psicólogo na educação especial inclusiva.

A Docente C, por sua vez, enfatiza a contribuição do psicólogo na identificação das potencialidades dos alunos:

“Ele auxilia na identificação das potencialidades emocionais dos comportamentos sociais da aprendizagem porque muitos alunos quando eles chegam na escola é nós vamos professores não tem uma capacitação ainda né é devido para a gente ter como avaliar eles então o psicólogo ele e sua equipe ele vem para auxiliar na identificação das potencialidade emocional de cada aluno através do comportamento sociais e também da aprendizagem.”

Esse trecho revela dois aspectos relevantes. Primeiro, a docente reconhece que o psicólogo contribui para identificar potencialidades emocionais, sociais e de aprendizagem dos estudantes. Segundo, a fala evidencia uma lacuna formativa dos professores, que afirmam não possuir capacitação suficiente para avaliar determinadas demandas dos alunos. Nesse ponto, a literatura reforça que a psicologia escolar pode contribuir para a compreensão das necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial e para a elaboração de intervenções que favoreçam sua participação no processo educativo.

As falas também demonstram que o psicólogo participa de estudos de caso e de discussões com a equipe multidisciplinar. A Docente A afirma:

“hoje eu falo esse ano que foi mudado um pouco nossa estratégia metodológica nós temos e estudo de casos, 5 anos atrás não tinha esse estudo de caso a gente avalia os alunos o atendimento pedagógico artes manuais atividade rítmica teatro música e outros atendimento multidisciplinar.”

Em seguida, a docente destaca a centralidade do psicólogo nesse processo:

“então tipo assim a gente fizemos aquela roda de conversa para ver como que tá aquele aluno e daí uma peça fundamental é o apoio do psicólogo para nós de como que tá, ele nos eles nos orientam ele dá um meio de como a gente continua o nosso trabalho de como a gente devemos agir.”

A Docente B reforça a mesma compreensão ao afirmar:

“Ele é mais a nossa orientação ele dá detalhes de como se dá como os alunos novos, que estamos a primeira vez atendendo pelo psicólogo ou pela equipe multidisciplinar

ou uma determinada avaliação ou algum outro atendimento então dentro desses estudos de casa que nós fazemos lá o psicólogo ele nos orienta em relação a até a própria família a como lidar com a família em relação de como comportamento dos alunos o que eu tenho que fazer.”

A Docente C sintetiza essa função orientadora:

“É mas ajudando na compreensão das necessidades específicas mesmo dos alunos e ele permitir a utilização de novas estratégia adequada de ensino e aprendizagem é mais que uma professora falar é mais nesse sentido mesmo de nos orientar.”

A análise das falas permite afirmar que a atuação do psicólogo é percebida pelas docentes como uma mediação entre o conhecimento sobre o desenvolvimento dos estudantes e a organização das práticas pedagógicas. Gomes, Gomes e Jacinto (2025) reforçam essa interpretação ao destacarem que a atuação do psicólogo na educação especial inclusiva envolve práticas de avaliação, intervenção, enfrentamento de desafios e colaboração interdisciplinar. Assim, os estudos de caso mencionados pelas docentes indicam uma forma concreta de trabalho coletivo, na qual a psicologia escolar contribui para qualificar a compreensão das necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial e orientar intervenções pedagógicas mais coerentes.

Portanto, a segunda categoria demonstra que o psicólogo é percebido como um profissional que apoia a prática pedagógica inclusiva por meio da observação, da escuta, da orientação, dos estudos de caso e do trabalho articulado com a equipe escolar. Essa atuação contribui para deslocar a compreensão das dificuldades de aprendizagem de uma perspectiva individualizante para uma perspectiva relacional, pedagógica e institucional.

Os desafios institucionais e familiares para a efetivação da inclusão escolar

A terceira categoria reúne os desafios apontados pelas docentes para a efetivação da inclusão escolar. As falas evidenciam que a inclusão é atravessada por dificuldades relacionadas à participação familiar, à escassez de materiais, à sobrecarga docente, à desvalorização profissional, à falta de suporte institucional e às agressões sofridas pelos professores.

A Docente A identifica a família como um dos principais desafios do trabalho inclusivo:

“O principal desafio é trabalhar família porque quando os alunos chegam para nós professores nós vamos moldar como mudar nós vamos trabalhar disciplinas vamos trabalhar tempos regras e outras coisas porque quando eles vêm de casa eles vêm cheio de querer cheio de mimos por conta dos pais o ou qualquer responsável ele faz os alunos como coitadinhos.”

A mesma docente acrescenta: *“então esses são um dos principais desafio que nós professores enfrentam uma relação à família porque vem mãe e chega em nós e fala a ele não faz nada Bora ver o que vocês vão fazer com eles.”*

Essas falas indicam que as docentes percebem a participação familiar como elemento central para o processo de inclusão, mas também como uma fonte de tensão. A família aparece, na interpretação das professoras, tanto como parceira necessária quanto como espaço de dificuldades, cobranças e expectativas que recaem sobre a escola. Essa análise precisa ser conduzida com cuidado para não responsabilizar exclusivamente as famílias (Gomes, 2021), mas para compreender que a inclusão exige corresponsabilidade entre escola, família, equipe multidisciplinar e políticas públicas.

A Docente B também destaca a família como desafio recorrente:

“Assim já reflete a família não é de hoje que é uma é uma luta de muito tempo como eu falei a família não é como antes onde era feito de pai mãe e filhos hoje na sociedade está mudada e para nós um desafio é a família a gente sempre bate na mesma tecla precisamos que você nos apoie precisamos que você participe.”

As falas evidenciam que, para as docentes, a ausência ou fragilidade da participação familiar dificulta a continuidade das ações desenvolvidas na escola. Oliveira e Nery (2017) defendem que o trabalho conjunto entre psicólogos, professores, familiares e gestores escolares é primordial para o desenvolvimento do estudante, ressaltando que a escola tem papel significativo, mas que a participação ativa dos pais é imprescindível. Nesse sentido, as falas das docentes corroboram a literatura ao indicarem que a inclusão escolar depende de uma rede de apoio e corresponsabilidade que ultrapassa os limites da sala de aula.

Outro desafio recorrente nas entrevistas refere-se à falta de materiais pedagógicos e de recursos institucionais. A Docente A afirma: *“outro desafio é questão de materiais para nós trabalhar mas em questão financeira de dentro da instituição porque para os para nós realizar um bom trabalho precisamos de suporte de materiais de algo para levar em frente o nosso trabalho.”*

A mesma docente evidencia que, diante da ausência de recursos, os professores acabam custeando materiais com recursos próprios: *“e para nós professores trabalhar temos que tirar o maus do nosso bolso para nós investir em nosso próprio trabalho.”*

A Docente B confirma a mesma dificuldade:

“ultrapassa aqui e professora já citou é o recurso de materiais que precisamos muito disso para que nós possamos fazer um bom trabalho né porque aqui há professores de dança, de arte, de apoio pedagógico entre outros que estão contribuindo aqui.”

E acrescenta: *“então isso é revoltante é os materiais de que eu falo para atividade porque cada atividade tem é voltada para podermos a gente realizar o trabalho que está no nosso projeto e temos que ter material e não é fácil trabalhar sem materiais.”*

Essas falas revelam que as dificuldades enfrentadas pelas docentes não se limitam à dimensão pedagógica ou relacional, mas envolvem condições materiais concretas de trabalho. A falta de recursos compromete a realização de atividades diferenciadas, adaptações pedagógicas e projetos voltados às necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Essa análise é corroborada por Oliveira e Nery (2017), ao apontarem que a falta de recursos financeiros, a escassez de materiais adequados e a ausência de condições institucionais dificultam que estudantes tenham seus direitos garantidos e acessem uma educação de qualidade. Do mesmo modo, Lôbo et al. (2024) destacam que a inclusão efetiva exige recursos adequados, mudanças culturais nas escolas e apoio à formação dos profissionais.

As entrevistas também evidenciam a sobrecarga e a desvalorização profissional. A Docente A afirma: *“e como os professores mal remunerados nós somos e ao mesmo tempo mal é remunerado e nem é uma profissão tão reconhecida.”*

A mesma participante relata ainda situações de agressão e cobrança: *“e outras outros desafios que a gente enfrenta é que percebemos é que nós somos como saco de pancadas somos agredidos fisicamente e verbalmente sofremos todos os tipos de agressão.”*

E conclui: *“os pais chegam e querem que os professores sejam babá dos seus filhos e eu falo e repito eu não vim para ser babá eu vim para ministrar minhas aulas e fazer o possível para atender as necessidades de cada aluno.”*

Embora as docentes atribuam à família parte das dificuldades enfrentadas, essa percepção precisa ser interpretada à luz das condições sociais, institucionais e históricas que atravessam a relação entre escola e família, evitando-se uma leitura culpabilizadora. (Gomes, 2021)

A Docente B também menciona a desvalorização e a cobrança sobre os professores da educação especial inclusiva: *“e para nós professores da educação especial inclusiva a gente não somos valorizados somos mais cobrados do que elogiados.”*

Essas falas indicam que a inclusão escolar é vivenciada pelas docentes em meio a tensões, cobranças e insuficiência de reconhecimento profissional. A sobrecarga docente aparece como um elemento estruturante da experiência das participantes, o que sugere a necessidade de analisar a inclusão a partir das condições objetivas de trabalho e não apenas das disposições individuais dos professores. Gomes, Gomes e Jacinto (2025) identificam, na literatura, que os desafios enfrentados na educação especial inclusiva envolvem falta de

recursos, formação específica e reconhecimento profissional. Assim, os relatos das docentes não constituem queixas isoladas, mas expressam problemas estruturais já identificados pela produção científica da área.

A precariedade das condições de trabalho também se articula à necessidade de atuação interdisciplinar. Pereira e Silva (2022) destacam que a prática interdisciplinar possibilita ações junto aos professores e demais profissionais da escola, criando espaços de diálogo para que os problemas vivenciados na instituição sejam compartilhados e enfrentados coletivamente. Nessa perspectiva, os desafios relatados pelas docentes indicam que a presença do psicólogo é importante, mas insuficiente quando não acompanhada de políticas institucionais, recursos pedagógicos, apoio da gestão, formação continuada e participação familiar.

Desse modo, a terceira categoria demonstra que os desafios da inclusão são multidimensionais. Eles envolvem a família, a escola, a gestão, as políticas públicas, os recursos materiais e a valorização docente. A presença do psicólogo, embora considerada fundamental pelas participantes, não é suficiente para superar tais barreiras de modo isolado. Sua atuação precisa estar integrada a uma rede institucional mais ampla, capaz de garantir formação, suporte técnico, condições de trabalho e corresponsabilização entre escola e família.

De modo geral, os resultados indicam que as docentes reconhecem o psicólogo como profissional relevante no processo de inclusão escolar, sobretudo por sua contribuição no apoio emocional, na mediação das relações, na orientação das práticas pedagógicas e no acompanhamento dos estudantes. Contudo, as entrevistas também demonstram que a efetivação da inclusão depende de condições concretas que ultrapassam a atuação individual desse profissional. Assim, a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo coletivo, institucional e histórico, que exige tanto o trabalho articulado do psicólogo com a equipe escolar quanto políticas efetivas de formação, suporte, valorização docente e participação familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a atuação do psicólogo escolar no contexto da Educação Especial Inclusiva, com ênfase em suas contribuições para o processo de inclusão e para o trabalho pedagógico desenvolvido com estudantes público-alvo da Educação Especial. A partir da pesquisa qualitativa realizada com docentes, foi possível identificar que o psicólogo é compreendido como um profissional importante no apoio emocional, na mediação das relações escolares e na orientação de práticas pedagógicas inclusivas.

Os resultados evidenciaram que sua atuação contribui não apenas para o acompanhamento dos estudantes, mas também para o suporte aos professores e para o diálogo com as famílias. As docentes destacaram que o psicólogo auxilia na compreensão dos comportamentos, das potencialidades e das necessidades específicas dos estudantes público-alvo da Educação Especial, favorecendo a construção de estratégias mais adequadas aos diferentes modos de aprender. Nesse sentido, sua presença fortalece a articulação entre cuidado, aprendizagem e convivência no cotidiano escolar.

Entretanto, a pesquisa também demonstrou que a efetivação da inclusão não depende exclusivamente da atuação do psicólogo. As falas das participantes revelaram desafios institucionais e familiares, como a baixa participação da família, a escassez de materiais pedagógicos, a sobrecarga docente, a desvalorização profissional e a insuficiência de suporte especializado. Esses aspectos indicam que a inclusão escolar exige condições concretas de trabalho, apoio institucional e corresponsabilidade entre escola, família, gestão, equipe multidisciplinar e políticas públicas.

Como limitação, destaca-se o fato de a pesquisa ter sido realizada em apenas uma escola e com um número reduzido de participantes, o que não permite generalizações. Contudo, os dados possibilitam compreender sentidos atribuídos por docentes à atuação do psicólogo no contexto investigado, contribuindo para o debate sobre a Educação Especial Inclusiva. Estudos futuros podem ampliar o número de participantes, incluir psicólogos escolares, gestores, familiares e estudantes, bem como comparar diferentes contextos escolares.

Conclui-se que a atuação do psicólogo escolar constitui uma contribuição relevante para a construção de uma escola mais acolhedora, democrática e comprometida com o direito à aprendizagem e à participação de todos os estudantes. Contudo, para que essa atuação produza efeitos consistentes, deve estar integrada ao projeto pedagógico da escola e articulada a uma rede de apoio coletiva, interdisciplinar e institucionalmente sustentada. Assim, a Educação Especial Inclusiva deve ser compreendida como um compromisso permanente, voltado à superação das barreiras que ainda limitam a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.

DECLARAÇÃO SOBRE O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Em conformidade com a Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026, declara-se que, no desenvolvimento deste estudo, foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial como recursos auxiliares, sempre sob supervisão dos autores.

O ChatGPT® foi empregado no apoio à revisão textual, reformulação de trechos, organização de ideias, sistematização de referências conforme as normas da ABNT e revisão ortográfica, gramatical e de pontuação. Também foi utilizado como suporte auxiliar na transcrição das entrevistas e tradução do resumo para língua inglesa, sendo todo o material conferido pelos autores para assegurar a fidelidade às falas das participantes e ao rigor da escrita científica.

O ReQualify® foi utilizado como apoio à organização do material empírico e à sistematização inicial das categorias de análise. Ressalta-se que as categorias foram revisadas, ajustadas e validadas pelos autores, com base nos objetivos da pesquisa, no referencial teórico e na interpretação do *corpus* teórico.

Assim, as ferramentas de inteligência artificial foram utilizadas apenas como apoio técnico, textual e organizacional, não substituindo o trabalho intelectual dos pesquisadores. A análise, a interpretação dos dados, a elaboração dos argumentos e as conclusões permanecem sob inteira responsabilidade dos autores.

REFERENCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12686.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência — Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026**. Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE. Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/115388.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026**. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq. Brasília, DF: CNPq, 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Fábio Alves. **A dimensão subjetiva da relação escola-família: um estudo das significações produzidas por docentes sobre a função social da família**. 2021. 149 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/23676>. Acesso em: 7 jun. 2026.

GOMES, F. A.; AGUIAR, W. M. J.; ALFREDO, R. A.. Pressupostos teórico-metodológicos da psicologia sócio-histórica para pesquisas em educação. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 28, p. e263404, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392024-263404>

GOMES, Letícia Silva; GOMES, Brenda Oliveira; JACINTO, Pablo Mateus dos Santos. A atuação do psicólogo escolar na inclusão de estudantes na educação especial inclusiva no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, Itapetinga, v. 6, n. 13, p. 1-13, jan./dez. 2025. DOI: <https://doi.org/10.22481/reed.v6i13.17607>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LÔBO, Ítalo Martins; CABRAL, Gladys Nogueira; RODRIGUES, Janete Sousa Lopes; RAIMUNDO, Joselita Silva Brito; WOODCOCK, Ziza Silva Pinho. O papel do psicólogo na promoção da inclusão escolar. RCMOS — **Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, Brasil, v. 1, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51473/rcmos.v1i1.2024.487>. Disponível em: <https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/487>. Acesso em: 7 jun. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

OLIVEIRA, Marcela Gomes de; NERY, Denise da Silva. **Educação inclusiva: o papel da psicologia no processo de inclusão dos estudantes com necessidades educativas e especiais.** [S. l.]: UNIVAR, [s. d.]. Disponível em: <https://repositorio.univar.edu.br/tcc/educacao-inclusiva-o-papel-da-psicologia-no-processo-de-inclusao-dos-estudantes-com-necessidades-educativas-e-especiais/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

PEREIRA, Mara Dantas; SILVA, Joilson Pereira da. Psicóloga(o) escolar na educação inclusiva: contribuições e perspectivas da profissão no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 42, n. esp., e263525, p. 1-15, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003263525>.

SCHMENGLER, Angélica Regina; FONTOURA, Gabriele Marchionatti; PIZZOLOTTO, Roberta; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. Atuação do psicólogo escolar na educação inclusiva. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 32, n. 65, e20, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18675/1981-8106.v32.n.65.s14924>.

VYGOTSKY, Lev S. **Obras escogidas V: fundamentos da defectologia.** Gráficas Rúgar, Navacarnero, Madrid-Espanha, 1924-1931/1997